

Medo e fúria pelas ruas da cidade: o governo de Galo César em Antioquia (351-354)

Gilvan Ventura da Silva*

SILVA, G.V. Medo e fúria pelas ruas da cidade: o governo de Galo César em Antioquia (351-354). R. *Museu Arq. Etn.*, 32: 18-32, 2019.

Resumo: As ruas da cidade, com as quais os usuários costumam manter intensa familiaridade, não raro se convertem num espaço perigoso, hostil, ameaçador tanto em virtude da frequência e intensidade dos atos de violência que abrigam quanto da vigilância que busca enquadrar a rotina dos atores sociais, capturando-os numa rede de micro poderes que se irradia pelo espaço público e alcança até mesmo as residências privadas. Na Antiguidade Tardia, um episódio parece ilustrar muito bem essa possibilidade de conversão da cidade e suas ruas num suporte privilegiado para o exercício discricionário do poder mediante a teatralização da violência e do conflito. Nos referimos aqui à estadia do César Galo em Antioquia entre 351 e 354, quando a metrópole da província da Síria *Coele* se encontra sob o comando de um soberano que, na tentativa de consolidar sua posição, não hesita em colocar em risco a própria ordem urbana.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Antioquia; Espaço; Galo César.

A investigação sobre o papel desempenhado pelas ruas, tanto as de ontem quanto as de hoje, representa uma operação complexa e sofisticada, em virtude das múltiplas funções que as ruas desempenham, o que lhes confere uma natureza polissêmica, como bem definiu Guglielmi (1997:88) ao considerá-las um continente capaz de abrigar os mais distintos conteúdos, que se interpenetram num movimento incessante de retroalimentação, mas sem

que o próprio continente, tomado nos seus aspectos físicos, constitua apenas um receptáculo passivo para as múltiplas atividades que têm a rua como suporte, pois tanto o ambiente construído quantos os monumentos e artefatos são dotados de agência, ou seja, são capazes de interferir diretamente no comportamento dos indivíduos, incluindo os que ocupam a rua com os mais variados propósitos (Hodder 1994:74). A rua, desse modo, não deve ser tomada como um *tópos* fixo e neutro, mas como um microcosmo da vida em sociedade cuja dinâmica tem atraído cada vez mais a atenção dos pesquisadores, dentre os quais os arqueólogos, que pouco a pouco migram de uma interpretação, digamos, estática das ruas para uma interpretação cinética, buscando apreender o nexo existente entre a configuração material dos lugares e as formas

(*) Professor Titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Universidade de São Paulo, bolsista produtividade 1-C do CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). No momento, executa o projeto *Protesto, trabalho e festa na cidade pós-clássica: a ocupação da rua pela população de Antioquia (séc. IV e V d.C.)*. <gil-ventura@uol.com.br>

de apropriação e reapropriação que deles fazem os usuários, o que tem beneficiado bastante os estudos sobre as ruas antigas, para as quais se busca reconstituir não apenas seu arranjo arquitetônico, mas também as *performances* que nelas têm lugar e que se desdobram numa pletora de ações, muitas das quais não temos condições de recuperar devido aos lapsos na documentação (Kaiser 2011:3). Em todo caso, importa registrar que a rua, sendo um espaço saturado de informações, pleno de sentido e de movimento, pode e deve ocupar um papel de destaque na agenda dos investigadores, em particular daqueles que se dedicam a refletir sobre as cidades, uma vez que, dentre todos os elementos físicos que as compõem, talvez a rua seja o mais emblemático, como sustenta Lynch (2006:68). Por esse motivo, o estudo sobre a cidade é à partida solidário do estudo das ruas, de maneira que qualquer proposta de investigação que tenha a cidade como tema não deve decerto ignorar aquilo que acontece a céu aberto, nas ruas e adjacências (praças, cruzamentos, margens), uma vez que boa parte daquilo que costumamos designar como vida urbana transcorre nos ou tem como ponto de referência os logradouros públicos.

Quando refletimos sobre a polissemia e polifonia das ruas no contexto greco-romano, constatamos de imediato a posição central por elas ocupada no cotidiano das *póleis* ou *municipia*, cuja existência cívica, coletiva, impunha-se de modo decisivo sobre o ambiente doméstico, já que boa parte do tempo dos indivíduos era consumida nos fóruns, mercados, termas, tavernas, teatros e, naturalmente, nas ruas, por onde as pessoas transitavam sem cessar, não apenas para ver, mas também para serem vistas, o que levou os pesquisadores a acentuar o caráter escópico da sociedade romana, pródiga em toda sorte de apelos visuais, dos monumentos aos cortejos triunfais e às procissões religiosas cujo palco privilegiado eram as ruas da cidade. Disso resulta que a cidade antiga constituía o *locus* preferencial para todo tido de manifestação, com destaque para as de natureza política, já que, na Antiguidade, a cidade era não apenas uma *urbs* ou *asty*, ou seja, uma entidade física, territorial, mas igualmente uma *civitas* ou *pólis*, um coletivo de cidadãos, o que lhe conferia uma dimensão política eviden-

te. De fato, a cidade greco-romana era amíúde cenário de uma variedade de atos e cerimônias conectados ao exercício do poder, fossem aqueles destinados a consolidar uma posição, como o *adventus*, por meio do qual o imperador ou seu representante, ao fazer a entrada solene na cidade, dela se apoderava simbolicamente (Benoist 1997:215), fossem aqueles cujo propósito era desafiar o governo, a exemplo dos motins e rebeliões. Como assinala Leménorel (1997:254), “se na época imperial a rua é tão importante para o Estado romano, isso se deve à sua função didática: ela é espaço da palavra, da escrita e do boato, mas também da demonstração e do reconhecimento da autoridade”, desenrolando-se nela um jogo incerto, pois “toda manifestação de um poder porta consigo um risco de inversão dos papéis, de revolta”. De acordo com Benoist (1997), sob o Império Romano as modalidades de apropriação do espaço urbano, do qual a rua era a pedra angular, devem ser consideradas estratégias ou recursos para o enquadramento da população, princípio que a autora detecta em três ocasiões saturadas de simbolismo político: a) no ingresso solene do imperador ou de seu representante no recinto urbano, o que dava margem à cerimônia do *adventus* à qual aludimos; b) no percurso/visita que as autoridades públicas faziam aos monumentos e lugares mais importantes, como no caso da procissão dos cônsules ao Capitólio nas Calendas de Janeiro; e c) na fixação de todo um repertório de práticas que, tendo os sítios urbanos como suporte, visavam a estabelecer uma relação de proximidade e dependência entre o soberano e os súditos, a exemplo do cortejo portando as imagens do imperador e demais membros da casa imperial que costumava abrir os *ludi theatralis*.¹

(1) Logo após a morte de Augusto, os habitantes de Gytheion, uma modesta cidade portuária da Lacônia, realizaram um festival cujo propósito era provavelmente atrair a benevolência do sucessor, Tibério. As cerimônias que compunham o festival puderam ser recuperadas graças à descoberta, em 1923, de uma estela contendo a lei municipal que instituiu o festival em honra ao *divus Augustus*. Dentre as cerimônias previstas, incluía-se uma procissão que, partindo do santuário de Asclépio e Hígieia, adentrava o teatro portando três efigies (*eikones*) pintadas de Augusto, Tibério e Livia, que eram então dispostas numa mesa cercada de incenso na área central do teatro (Gebhard 1999:117-118).

Muito embora a classificação proposta por Benoist seja útil quando se trata de discernir o teor dos vínculos mantidos pela casa imperial com a população urbana, tal classificação dá conta apenas do uso que as autoridades romanas faziam da cidade, em ocasiões nas quais prevalecia a harmonia e a solidariedade, quando então as avenidas, ruas e praças se convertiam num imenso tablado para as solenidades de exaltação do regime, ao qual se atribuía amiúde uma aura sagrada, sobrenatural.² A principal deficiência subjacente ao modelo proposto pela autora é o abandono de situações nas quais a interação entre o poder imperial e os cidadãos era calcada no patrulhamento, na coação e em demonstrações ostensivas de violência, quando o conflito era produzido e/ou potencializado mediante uma *performance* cujo propósito era infundir medo na população, procedimento empregado sempre que as bases do governo se revelavam instáveis. Por outro lado, as ruas, sob o Império Romano, eram por vezes ocupadas pela população em revolta, que desse modo extravasava toda a sua frustração diante de demandas não atendidas. Nesses momentos, as ruas da cidade, com as quais gregos e romanos costumavam manter profunda familiaridade, se convertiam subitamente num espaço perigoso, hostil, ameaçador tanto em virtude da intensidade e frequência dos atos de violência que abrigavam quanto da vigilância que buscava enquadrar a rotina dos atores sociais, capturando-os numa rede de micro poderes que do palácio se irradiava pelo território circundante e alcançava até mesmo as residências privadas. No século IV, um episódio parece ilustrar muito bem essa possibilidade de conversão da cidade e suas ruas num instrumento privilegiado para o exercício discricionário do poder mediante a teatralização da violência e do conflito. Nos referimos aqui à estadia do César Galo em Antioquia, entre 351 e 354, quando a metrópole da província da Síria *Coele* se encontra sob o comando de um soberano que, na tentativa de consolidar sua posição, não hesita em colocar em risco a própria ordem urbana.

(2) Para um tratamento minucioso das solenidades e festivais em homenagem aos imperadores romanos que costumavam ter as cidades como cenário, consultar Gonçalves (2013).

Um soberano improvável

Flávio Cláudio Constâncio Galo era filho de Júlio Constâncio e de sua primeira esposa, Gala, tendo nascido entre 325 e 326 em Massa Veternensis, cidade pertencente ao antigo território da Etrúria. Como neto de Constâncio Cloro e sobrinho de Constantino, seria de se esperar que Galo fizesse parte, desde o nascimento, da corte imperial, o que todavia não aconteceu. De fato, ao que parece Helena, mãe de Constantino, temendo pela concorrência que o filho, proclamado Augusto em 306, poderia sofrer em companhia dos irmãos nascidos da união de Constâncio Cloro com Teodora,³ decidiu manter Júlio Constâncio e sua família no exílio, enviando-os para diversos destinos, a exemplo de Massa Veternensis, Corinto e Tolosa, na Península Ibérica. Após a morte de Helena, Constantino decide, em 330, reatar os laços com a linhagem paterna, acolhendo, em Constantinopla, Júlio Constâncio, que é declarado *patricius*, um antigo título da época republicana recuperado pelo imperador para honrar aqueles que se distinguiam a serviço do Império. Quando da transferência para Constantinopla, a família de Júlio Constâncio era composta por Galo, por um filho mais velho do qual não sabemos o nome e por uma filha, a mesma que viria a ser a primeira esposa de Constâncio II. À época, encontrava-se casado em segundas núpcias com Basilina, que daria à luz Juliano em 331 ou 332. Ao que tudo leva a crer, as relações entre Constantino e Júlio Constâncio seriam bastante amistosas, pois este, em 335, é indicado ao consulado na companhia de Caio Rufo Albino (Crawford 2016:86). Todavia, a morte de Constantino, em 337, produz uma

(3) Teodora era filha de Maximiano, um dos Augustos da Tetrarquia, que a casou com Constâncio Cloro, em 293, após este ter-se divorciado de Helena. Da união nasceram seis filhos: Flávio Dalmácio, o primogênito, que ocupou o consulado em 333; Júlio Constâncio, o pai de Galo; Anibaliano, do qual quase nada sabemos; Flávia Júlia Constância, dada em casamento por Constantino a Licínio, em 313; Anastácia, cujo esposo, Bassiano, se viu envolvido numa conspiração para assassinar Constantino; e Eutrópia, a mãe de Nepociano, usurpador em 350. Eutrópia provavelmente foi assassinada por ordem de Marcelino, o *magister officinorum* de outro usurpador, Magnêncio.

reviravolta nos rumos da política imperial e na relação dos filhos do imperador recém-falecido com os demais parentes, conduzindo ao assim denominado “Massacre de Constantinopla”.

Antes de morrer, em maio de 337, Constantino havia concedido a dignidade de César a seus três filhos – Constantino II, Constâncio II e Constante – e a um sobrinho, Dalmácio, filho do seu meio-irmão, Flávio Dalmácio.⁴ Outro filho de Flávio Dalmácio, Anibaliano, havia sido nomeado “Rei dos reis” com a missão de governar a Armênia, um Estado-tampão entre Roma e a Pérsia. Em setembro de 337, após um breve interregno, os três filhos de Constantino são proclamados Augustos pelo Senado, o que acarreta o súbito desaparecimento de Dalmácio e Anibaliano, pois ambos perecem no rastro de execuções que se segue à elevação de Constantino II, Constâncio e Constante. Do massacre teriam sido vítimas também os parentes mais próximos de Constantino, ou seja, seus irmãos Júlio Constâncio e Flávio Dalmácio, outros quatro integrantes da dinastia, cujos nomes não conhecemos, além do patricio Optato, muito provavelmente cunhado de Constantino, e Ablábio, prefeito do pretório do Oriente. Embora o assassinato dessas personagens não tenha ocorrido ao mesmo tempo nem no mesmo lugar, motivo pelo qual é impróprio se falar de um “Massacre de Constantinopla”, não resta dúvida que a eliminação dos possíveis concorrentes à hegemonia dos herdeiros de Constantino não foi um ato desprovido de sentido, mas antes parte de uma estratégia política eficaz. O mandante das execuções, ao que tudo indica, foi Constâncio II, como nos permite concluir Filostórgio. Adepto do credo ariano, Filostórgio cria, em sua *História Eclesiástica*, escrita por volta de 430, uma ficção segundo a qual Constantino, encontrando-se em Nicomédia, teria sido envenenado pelos irmãos. Ciente da morte inevitável, o imperador teria escrito um testamento entregue a Eusébio,

(4) Crispo, o primogênito de Constantino, nascido da união do imperador com Minervina, sua primeira esposa, havia sido também proclamado César, em março de 317, ao lado de seu meio-irmão Constantino II. Por razões que ainda permanecem obscuras, em 326 Crispo foi condenado à morte e executado em Pola por decisão do imperador, que se deslocava então para Roma a fim de celebrar as suas vicenárias (Drake 2002: 237).

bispo da cidade, denunciando o complô do qual havia sido vítima e recomendando a punição dos implicados ao primeiro dos filhos que tomasse conhecimento do atentado. Constâncio, assim, teria sido o responsável pelo cumprimento das ordens do pai (Phil. II, 16). O relato do suposto envenenamento de Constantino não consta de nenhum documento do século IV, sendo mencionado pela primeira vez apenas no século seguinte, por Filostórgio, que atribui a culpa a Constâncio, embora o autor se apresse em justificar a autoria do massacre nos termos da piedade filial (Silva 2003:48). Do massacre apenas três membros da dinastia constantiniana escaparam: Nepociano, que em 350 usurpou a púrpura, lançando-se sobre Roma à frente de um bando de gladiadores; Juliano, o sucessor de Constâncio II; e Galo. Nepociano e Juliano teriam sido poupados em virtude da pouca idade, ao passo que Galo encontrava-se tão enfermo que julgou-se desnecessário antecipar sua morte (Soc. III, 1; Soz. V, 2; Lib. Or. XVIII, 10).

Não obstante algumas incertezas, os especialistas parecem concordar que Galo e Juliano, após a execução do pai, Júlio Constâncio, tenham sido entregues aos cuidados de Eusébio de Nicomédia. Em 340, quando Eusébio foi transferido para a sé de Constantinopla, os irmãos seguiram com ele para a nova residência episcopal. No entanto, em 341, devido ao falecimento inesperado do preceptor, foram internados no palácio imperial de Macellum, na Ásia Menor, onde permaneceram por seis anos sob a supervisão de George da Capadócia, o mesmo que anos mais tarde viria a substituir Atanásio na liderança da sé de Alexandria.⁵ A despeito da dificuldade que temos para recuperar os anos de infância e adolescência de Galo, podemos conjecturar que, como membro da família imperial, ele tenha recebido uma educação esmerada, incluindo o estudo das Escrituras, como comprova o fato de ambos os preceptores, Eusébio e George, terem sido bispos. Seja como for, o fato é que Galo permanece no anonimato por mais de uma década

(5) Antes de unir-se a Juliano, em Macellum, Galo teria permanecido por um breve período em Éfeso ou Trales, embora as evidências sobre isso sejam bastante frágeis (Crawford 2016: 86).

até que, em 15 de março de 351, aos 25 ou 26 anos de idade, é nomeado César, em Sírmio, por Constâncio II, no contexto da usurpação de Magnêncio, um oficial franco, comandante dos destacamentos dos *Ioviani* e *Herculiani*, que havia assumido a púrpura em Autun. Quando da elevação de Magnêncio, em janeiro de 350, a porção ocidental do Império era controlada por Constante, que é perseguido e morto pelo usurpador em Helena, uma localidade das Gálias.

À época da usurpação de Magnêncio, Constâncio II encontrava-se ocupado em defender Nisibis, pela terceira vez sob ataque dos Sassânida. No fim do verão, após levantar o cerco à cidade, Constâncio tem então condições de se ocupar dos assuntos de política interna, o que o leva a deixar Antioquia rumo ao Ocidente a fim de dar combate ao usurpador (Silva 2003:50-1). No entanto, em virtude do recrudescimento do conflito com a Pérsia, era impossível deixar o *front* oriental desguarnecido, o que justifica a nomeação de Galo como César (Blockley 1972:433). Na ocasião, Galo é renomeado como “Constâncio” e recebe em matrimônio Constantina, a irmã mais velha de Constâncio II, que é proclamada Augusta.⁶ Sem dúvida, ambas as providências tinham por finalidade reforçar a lealdade do novo César à casa imperial, como é possível depreender da narrativa de Filostórgio (*Hist. Eccl.* III, 26). Em seguida, Galo e Constantina são enviados a Antioquia, onde recebem como assessores Talássio, prefeito do pretório do Oriente; Mônio, *quaestor sacri palatii*;⁷ Ursicino, *magister equitum*; e Teófilo, *consularis Syriae*, isto é, governador da província, todos indicados pelo imperador. Dadas as circunstâncias, era altamente improvável que Constâncio deixasse Galo sem qualquer supervisão, ainda mais se levarmos em conta o fato de que as atribuições do César

eram de caráter eminentemente militar, como salienta Blockley (1972:464). No trajeto rumo a Antioquia, Galo encontra-se com Juliano em Nicomédia, acontecimento que, mais tarde, será interpretado como evidência de uma aliança entre os irmãos contra Constâncio (Am. Marc. XV, 2, 7). Em 7 de maio de 351, o César e sua comitiva chegam finalmente a Antioquia, o que inaugura uma temporada de aflição para a cidade e seus habitantes, submetidos a um governo que se revela cada dia mais intolerante e arbitrário.

Uma cidade em convulsão

Podemos dizer que os estudos modernos acerca do curto período de governo de Galo se iniciam em 1943, quando Thompson publica, no *American Journal of Philology*, um artigo no qual se propõe a confrontar o relato de Amiano Marcelino acerca do César, numa tentativa de reabilitar sua imagem. De fato, Amiano, nossa principal fonte de informação para os acontecimentos de 353 e 354, é bastante crítico no que diz respeito à atuação de Galo e da esposa, Constantina, atribuindo a ambos uma atitude despótica que teria levado à ruína muitas casas do Oriente. Tomando como contraponto o relato fragmentado de Filostórgio, Thompson busca recuperar as proezas de Galo deliberadamente suprimidas por Amiano, a começar pelas campanhas militares que teria conduzido contra os persas, os isaurianos e os judeus de Diocesareia. Em seguida, o autor se esforça por demonstrar que Galo era popular entre as tropas, contando também com a simpatia dos pobres da cidade, uma vez que, em face da crise de viveres que atingiu Antioquia entre 353 e 354, teria se colocado ao lado da população contra os produtores rurais e comerciantes, muitos dos quais certamente possuíam assento na *boulé* da cidade. Na avaliação de Thompson, as distorções e supressões contidas na narrativa de Amiano, um nativo de Antioquia, se devem a uma arraigada “consciência de classe” responsável pela sua má vontade com um soberano que havia se indisposto com a aristocracia local, o que tornaria a opinião do autor, no mínimo, suspeita. Além de desacreditar o testemunho de Amiano, qualificando-o como uma peça contaminada pela propaganda dos inimigos de Galo, Thompson se

(6) Constantina era a viúva de Anibaliano, morto no massacre que se seguiu à proclamação dos filhos de Constantino como Augustos pelo Senado. Na opinião de Crawford (2016:87), o casamento da irmã com Galo a colocava ao abrigo das pretensões de Magnêncio, que teria solicitado a Constâncio II permissão para com ela se casar, sem dúvida como uma maneira de legitimar suas pretensões a ser aceito como imperador legítimo.

(7) Na documentação, Mônio é designado apenas como *quaestor*, mas é bem provável que suas atribuições na corte de Galo fossem equivalentes àquelas do *quaestor sacri palatii*, ou seja, atuar como porta-voz do soberano e redator oficial dos seus discursos.

desdobra para justificar as ações do soberano que, conforme ele próprio reconhece, possuía um comportamento desagradável e repelente. Fazendo um balanço das crueldades cometidas por Galo, o autor conclui que os dignitários palacianos executados com a conivência do César teriam decerto merecido tal sorte,⁸ ao passo que, levando-se em consideração o lapso temporal de pouco menos de quatro anos de governo, a execução de apenas três inocentes não seria,⁹ em absoluto, uma cifra alarmante (Thompson 1943: 314).

A determinação de Thompson em construir uma imagem mais “autêntica” de Galo, livre da bitola de Amiano, esbarra não apenas numa ilusão teórico-metodológica – a de que os autores antigos, quando se dispõem a criticar ou elogiar este ou aquele governo, tenham sempre por intenção deturpar a “verdade” contida nos fatos –, mas também em inconsistências de natureza empírica, pois boa parte dos argumentos que evoca em defesa de Galo se fundamenta em suposições, a começar pelas campanhas militares que este teria liderado.¹⁰ Pretender que o César gozasse de prestígio junto às tropas imperiais nos parece igualmente um exagero,¹¹ assim como é decerto exagerada a afirmação

segundo a qual Galo, ao perseguir os decuriões de Antioquia durante a crise de abastecimento de 353-354, teria se convertido num herói para os despossuídos. Antes, suas ações, em lugar de solucionar os problemas vividos pelos habitantes, os agravaram ao introduzir a desordem na cidade, como veremos mais adiante. Além disso, Thompson ignora o depoimento de Juliano (*Epist. Aten.*, 272) que, ao recapitular as etapas da sua biografia na epístola que escreve aos atenienses logo após ser proclamado Augusto, em 361, admite sem meias-palavras que Galo, em virtude de ter cumprido sua formação educacional sob supervisão direta da corte, o que implicou um convívio social bastante restrito, desenvolveu uma personalidade rude e violenta, mostrando-se ao fim e ao cabo inapto para o governo do Império. Muito embora o intento de Juliano, ao mencionar o irmão, fosse denunciar a injustiça que este sofreu ao ser executado sem o direito de se defender perante um tribunal, procedimento irregular até mesmo em se tratando de malfeitores contumazes, é digno de nota que o imperador, ao contrário de Thompson, não pretenda, em nenhum momento, elaborar uma versão alternativa do governo de Galo, mas

(8) Os dignitários aos quais Thompson se refere são o governador da província, Teófilo; o prefeito do pretório, Domiciano; e o *quaestor* Mônico, o primeiro morto pela população de Antioquia e os dois últimos por uma turba de soldados enfurecidos.

(9) Os três inocentes seriam o filósofo Epígono e o rétor Eusébio, executados nas proscrições que se seguiram à morte de Domiciano e Mônico, e Clémacio, o nobre de Antioquia arruinado pela própria sogra.

(10) A notícia de que Galo realizou um enfrentamento com os persas é preservada apenas em Filostórgio (III, 28), não sendo reproduzida, por exemplo, na *Artemii Passio*, uma fonte do século XII cuja matriz é justamente a obra de Filostórgio, o que nos induz a pensar que Fócio, o patriarca de Alexandria responsável pela recensão da *História Eclesiástica*, teria incorrido num erro de leitura dos manuscritos com os quais trabalhava (Crawford 2016: 88). No que diz respeito à revolta dos judeus da Palestina, que teria exigido uma atuação enérgica do César, os especialistas encontram-se ainda longe de um consenso acerca da veracidade do episódio e dos seus contornos. A revolta teria ocorrido entre 351 e 352, período para o qual infelizmente não podemos contar com o auxílio da obra de Amiano Marcelino, cujos livros subsistentes têm início em 353. Tendo como pontos focais as cidades de Séforis, Tiberias e Lida, o movimento teria se difundido por outras cidades da Galileia. Chamado a intervir, o *magister equitum* Ursicino teria submetido os insurgentes e arrasado diversos

assentamentos judaicos. As principais fontes da revolta são Jerônimo e Sócrates Escolástico, que a mencionam de modo superficial. No conjunto da literatura rabínica, por sua vez, não há nenhuma referência explícita ao assunto nem à presença de Galo na Palestina. As evidências arqueológicas de uma ampla intervenção romana na região em meados do século IV são também duvidosas. Bijovsky (2007:200), num estudo sobre o tesouro monetário encontrado na cidade de Lod, sustenta que “nenhuma conclusão histórica referente à veracidade da revolta de Galo pode ser formulada”. Em todo caso, se houve uma campanha dos romanos contra os judeus da Palestina entre 351 e 352, o protagonista do acontecimento foi decerto Ursicino, não havendo qualquer indício de que Galo tenha alguma vez combatido ele mesmo os revoltosos.

(11) Thompson (1943: 311) fundamenta sua interpretação segundo a qual Galo gozava de boa reputação entre as tropas devido à prontidão com que os destacamentos palacianos lhe tributaram apoio no atrito com Domiciano, embora o acontecimento em si mesmo não deva nos causar surpresa, uma vez que, na condição de César, Galo era o supremo comandante militar dos efetivos do Oriente. Em contraposição à afirmação de Thompson, talvez valesse a pena recordar que o emissário enviado a Antioquia por Magnêncio para assassinar o César não encontrou maiores dificuldades em obter o auxílio de alguns soldados no complô (Zon. XIII, 8).

apenas justificar seu comportamento irascível devido ao isolamento ao qual teria sido submetido na adolescência. Acreditamos que Juliano, ao abandonar uma linha de defesa, digamos, revisionista dos atos do meio-irmão, o faz por exigências de ordem prática, uma vez que os excessos do César em Antioquia seriam por demais conhecidos, impedindo assim o imperador de apresentá-lo perante a opinião pública como um inocente, ainda que, em última análise, a culpa de seus desmandos devesse ser remetida a Constâncio, responsável por sua educação. Além da verdade, qualquer iniciativa visando a inocentar Galo seria, àquela altura, inteiramente vã, uma vez que, para além de Amiano Marcelino, diversos outros testemunhos dos quais dispomos sobre o César atestam sua inclinação à crueldade e ao despotismo.¹²

Desse modo, julgamos que a operação historiográfica mais produtiva ao se lidar com os acontecimentos que envolveram a passagem de Galo por Antioquia não seja a de justificar, mitigar ou desculpar os seus atos, mas de compreender, na medida do possível, o seu *modus operandi* de governo, o que implica investigar a natureza da relação que estabeleceu com a *pólis* e seus habitantes, tendo em vista as limitações às quais estava submetido, pois, como salienta Blockley (1972:461), promovido à dignidade de César com a incumbência de sustentar a posição romana no *front* oriental, Galo possuía competência apenas em âmbito militar, encontrando-se privado de qualquer autonomia em termos administrativos. Todavia, seria virtualmente

impossível que ele, na condição de comandante supremo dos efetivos do Oriente, não se sentisse de algum modo compelido a tomar suas próprias decisões em matéria civil se assim julgasse necessário, o que cedo originou um conflito entre Galo, os integrantes do *ordo decurionum* e os escalões superiores da administração pública. Em meio a esse conflito, desponta mais um protagonista ao qual nem sempre os historiadores têm prestado a devida atenção: a própria cidade de Antioquia, cuja população costumava exibir, pelas ruas e praças, uma notável desenvoltura, como comprova a ocupação contínua dos espaços públicos tanto no cumprimento de atividades ordinárias (comércio, prática forense) quanto no de atividades extraordinárias, a exemplo dos levantes e festivais de quando em quando rompiam a monotonia da vida urbana. De fato, Antioquia era conhecida, na época imperial, pelo intenso intercâmbio entre seus habitantes, que costumavam se reunir dia e noite nos pórticos formados pela avenida das colunatas, no Fórum de Valente e na ágora de Epifânia, locais de intensa sinergia.¹³ Por essa razão, Antioquia era tida por muitos como uma *pólis* dominada pela *tryphé*, ou seja, pela luxúria dos prazeres urbanos (Saliou 2011), devendo-se certamente incluir entre tais “prazeres” o emprego da ironia e do deboche contra as autoridades imperiais, como Juliano terá, mais tarde, o dissabor de comprovar.¹⁴

Em virtude dos laços de sociabilidade que, ao congregarem os habitantes de Antioquia, contribuíam para a disseminação contínua de rumores de toda ordem sobre as autoridades públicas e demais figuras de prestígio, não deve nos causar surpresa o fato de Galo ter a certa altura pretendido se inteirar daquilo que os antioquenos pensavam a seu respeito. Tal interesse parece conectado ao infortúnio de certo Clemácio, um aristocrata de Alexandria cuja so-

(12) Ainda que comungando do mesmo credo de Galo, Filostórgio (III, 28a) – de longe o autor antigo mais benevolente para com o César – não hesita em declarar: “Mas Galo, ao revestir o manto púrpura e começar a escalada dos primeiros degraus do governo, não conservou a mesma atitude e lealdade que havia demonstrado a Constâncio, mas se tornou insolente, ingovernável e implacável em ira. Imprudente em seus propósitos e inconsistente em seus planos, ele desdenhou e transgrediu os termos do acordo que havia feito com Constâncio”. Aurélio Vitor (*De Caes.* 42, 12), por sua vez, atribui a derrocada de Galo à sua crueldade, ao passo que Eutrópio (*Ep.* X, 7) o qualifica como homem de caráter violento e inclinado à tirania. Já Libânio, em sua *Autobiografia* (*Or.* I, 96), faz questão de deixar registrado, sem subterfúgios, o temperamento colérico de Galo, que havia encarcerado alguns membros da *boulé* de Antioquia por ocasião da crise de viveres de 353-354.

(13) Para uma boa avaliação do papel desempenhado pelos pórticos no incremento das redes de sociabilidade em Antioquia, consultar Cabouret (1999).

(14) Para uma reflexão acerca do caráter irreverente dos antioquenos, sempre dispostos a fazer troça dos governantes impopulares, o que levou Juliano a elaborar, em 363, o seu *Misopógon*, uma sátira ao comportamento da população de Antioquia, consultar Silva (2015).

gra, tomada de paixão, mas sem ser correspondida, é bem sucedida em obter, por intermédio de Constantina, uma ordem de execução contra o genro devidamente cumprida pelo *comes Orientis* Honorato (Am. Marc., XIV, 1, 4).¹⁵ Amiano, em sua narrativa, não fornece detalhes sobre o crime imputado a Clemácio, mas a julgar pela prontidão da Augusta em acolher a denúncia, é bem possível que se tratasse de uma acusação de *maiestas*, ou seja, de atentado à dignidade imperial, ou de *maleficium*, de prática de feitiçaria, uma vez que, segundo o autor, estes teriam sido os pretextos mais utilizados por Galo e Constantina para incriminar cidadãos inocentes (Am. Marc. XIV, 1, 2). A execução de Clemácio teria representado o gatilho de uma onda de expurgos em Antioquia, na qual alguns pereceram enquanto outros foram privados dos seus bens e condenados ao exílio, produzindo-se assim a falência de muitas casas ricas e famosas (*opulanteae domus et clarae*, cf. Am. Marc. XIV, 1, 4). A atuação de Galo foi decerto responsável por infundir temor e indignação nos antioqueños, dando margem a críticas abertas ou veladas contra o César, o que o leva a adotar a seguinte providência:

Pretendeu-se que alguns homens de condição inferior, cuja verdadeira insignificância os tornava pouco temíveis, foram designados para recolher comentários pelos bairros de Antioquia e reportar o que haviam escutado. Estes, como se fossem viajantes, frequentavam disfarçados as reuniões de

cidadãos distintos e obtinham ingresso nas casas dos mais ricos passando-se por clientes pobres. Então, sendo secretamente admitidos ao palácio pela porta dos fundos, reportavam tudo o que haviam sido capazes de ouvir, com autorização para acrescentar invenções por si mesmos e assim tornar pior o que haviam ouvido [...]. Por fim, seguindo um curso inédito e destrutivo, Galo também se arriscou a cometer um crime atroz que, para sua completa desgraça, diz-se que Galieno arriscou-se a cometer em Roma. Tomando com ele alguns sequazes portando armas ocultas, ele costumava vagar à noite pelas tavernas e esquinas, perguntando a todos, em grego, idioma no qual era fluente, o que pensavam do César. E isto ele fez abertamente numa cidade na qual o brilho das luzes à noite se equipara ao esplendor do dia. No fim, sendo frequentemente reconhecido, e tomando consciência de que, se continuasse nesse curso, se trairia, passou a se apresentar apenas à luz do dia em assuntos que julgasse importantes. E essa sua conduta causou profundo pesar a muitos (Am. Marc. XIV, 1, 6-7; 9).

Amiano Marcelino descreve aqui uma situação na qual Galo, preocupado com sua popularidade, expede emissários para circular pela cidade e se infiltrar nas residências da elite a fim de detectar qualquer foco de resistência ao seu governo. Na condição de César, não lhe era permitido recorrer ao serviço dos *agentes in rebus*, funcionários imperiais organizados em uma *schola palatina* sob a liderança do *magister officiorum* cujas atribuições incluíam a supervisão do sistema administrativo, o controle do *cursus publicus* e a vigilância dos funcionários imperiais, incluindo os próprios Césares (Vogler 1979:209; Silva 2003:69). Por esse motivo, Galo é obrigado a comissionar indivíduos de categoria inferior, muito provavelmente *humiliores*, para patrulhar as ruas e mantê-lo informado a respeito dos assuntos comentados pelos antioqueños, principalmente pelos mais abastados, que exerciam, na cidade, um papel

(15) Constantina, a irmã de Constâncio II e viúva de Anibaliano, representou uma espécie de “eminência parda” do governo de Galo. Amiano Marcelino (XIV, 1, 2) a considera tão sedenta de sangue humano quanto o esposo, que teria sido por ela incentivado a cometer um sem-número de abusos. Não obstante as cores fortes que Amiano emprega para descrever a Augusta, não resta dúvida que Constantina sempre foi uma mulher ambiciosa. Considerando o papel que desempenhou na usurpação de Vetranião e o desejo de Magnêncio em desposá-la, é bem possível que o protagonismo da irmã fosse motivo de inquietação para Constâncio, que decide casá-la com Galo numa tentativa de mantê-la, de certo modo, sob controle. Nesse sentido, vale a pena lembrar que Constâncio II não possuía filhos, mais um fator a impulsionar as ambições de Constantina, que à época das bodas com Galo foi proclamada Augusta (Crawford 2016:87).

de liderança. Não satisfeito com tal medida, decide averiguar por conta própria aquilo que se dizia sobre ele, exibindo-se em praça pública com uma escolta armada, medida que Amiano reputa como ineficaz devido à qualidade do sistema de iluminação pública de Antioquia, que tornava praticamente impossível o anonimato.¹⁶ A respeito do episódio, alguns autores têm argumentado que, ao inseri-lo em sua narrativa, Amiano não fazia mais do que retomar uma passagem análoga contida nos *Anais*, de Tácito, na qual se acusava Nero de fazer a ronda pelas ruas, bordéis e tavernas de Roma disfarçado de escravo (Ross 2016:67). Que Amiano tenha se inspirado em Tácito ao redigir seus *Rerum Gestarum Libri* é fato sobejamente conhecido, a começar pelo emprego deliberado do latim, algo pouco usual para um nativo de língua grega. Mais do que isso, para alguns Amiano pode inclusive ser considerado, a justo título, um continuador do trabalho de Tácito (Silva 2007:165). No entanto, supor que ele tenha interpolado, no seu relato histórico sobre a segunda metade do século IV, fatos ocorridos no século I é uma afirmação que se contrapõe a todo o método de trabalho do autor, baseado na coleta laboriosa de evidências e no confronto de versões. Ademais, na década de 350, Amiano atuava como *protector* do *staff* de Ursicino, tendo assim conhecimento, em primeira mão, dos rumos da política imperial, incluindo aquilo que sucedia em sua cidade natal, razão pela qual não vemos motivos para rejeitar seu testemunho, embora no registro de um ou outro pormenor ele possa ter buscado inspiração na prosa de Tácito, o que não invalida, em absoluto, as informações por ele recolhidas. Seja como for, o que desejamos destacar é a relação conflituosa que Galo estabeleceu com Antioquia ao colocar em ação sua rede de informantes, o que representava uma ameaça ao livre fluxo de informações

(16) Ao contrário da maioria das cidades do Império, a zona central de Antioquia – avenida das colunatas, ágora de Epifânia, Fórum de Valente – era servida por um sistema de iluminação pública a cargo dos *epimeletes*, funcionários municipais encarregados de arrecadar dos comerciantes o combustível necessário para manter o sistema em funcionamento, de maneira que Antioquia é exaltada, por Libânio, como uma “cidade que nunca dorme” (Silva 2013: 265).

pelas ruas da cidade, constrangendo-se assim os habitantes que, por sua vez, eram incentivados a se tornar delatores, numa espiral ascendente de intriga e suspeita.

Quanto a isso, outro evento parece reforçar a inclinação de Galo pelas delações. Trata-se da denúncia de um complô contra o César feita por uma mulher de condição humilde. Embora Amiano Marcelino (XIV, 7, 4) não esclareça as circunstâncias de tal complô, tudo indica que ele esteja se referindo ao mesmo fato reportado por Zonaras (XIII, 8), qual seja, o envio de um emissário de Magnêncio a Antioquia com a finalidade de assassinar Galo e, desse modo, enfraquecer a posição de Constantino no Oriente. Alojado às margens do Orontes, no casebre de uma anciã, o emissário teria sido hábil em angariar o apoio de alguns soldados à sua causa. O plano, no entanto, fracassou devido à delação da mulher. Exultante com a notícia, Constantina não apenas recompensou a delatora, mas a fez sair em grande estilo do palácio, sentada numa carruagem. Segundo Amiano (XIV, 7, 4), com tal ação a Augusta pretendia “incentivar outros a revelar conspirações similares ou mais graves”. Como podemos constatar, a *domus* parece disposta a explorar as delações sob outra perspectiva além da perseguição e punição dos denunciados, tratando os delatores com deferência e conferindo publicidade ao acontecido mediante a cena de uma mulher pobre e idosa conduzida com toda a pompa pelas ruas da cidade, o que deixava todos cientes do tratamento respeitoso que a *domus* dispensava aos que se dispusessem a colaborar com o regime, independentemente do gênero ou condição social. Agindo assim, Galo e Constantina não perdiam a oportunidade de uma vez mais coagir aqueles que nutrissem algum ressentimento contra o César, amplificando a sensação de medo que tomava conta de Antioquia. Ao mesmo tempo, o soberano investia numa aproximação com os cidadãos mais humildes mediante atos de inequívoca irresponsabilidade administrativa, na medida em que, fazendo-se por um momento cúmplice da multidão, estimulava o furor contra os próprios funcionários do *staff* imperial, como vemos no contexto da crise de abastecimento de 353-354.

Embora nos faltem informações precisas acerca da escassez de víveres que assolou Antioquia no último ano do governo de Galo, tudo leva a crer que a crise estivesse conectada à insuficiência das colheitas e à presença, nas imediações da cidade, de destacamentos militares, que se preparavam para uma expedição a Hierápolis, na rota do Eufrates. Como se sabe, no Império Romano as tropas aquarteladas tinham preferência no abastecimento, razão pela qual, em época de colheitas deficitárias, isso poderia representar uma ameaça para a população urbana, sempre no limiar da fome (Petit 1955:108). Na expectativa de uma falta de suprimentos, o preço dos produtos experimentou uma súbita elevação, ao passo que os produtores e comerciantes começaram a estocar alimentos a fim de obter um lucro adicional com a crise, o que levou Galo a decretar uma redução dos preços. A medida foi recebida com desagrado pelos decuriões, que se apressaram em protestar abertamente. Afrontado em sua autoridade, o César determina a prisão e imediata execução dos descontentes, que são salvos pela intervenção providencial do *comes Orientis* Honorato, o mesmo implicado na morte de Clemácio (Am. Marc. XIV, 7, 1-3; Downey 1961:366). Pelo relato de Libânio (Or. I, 96-97), que teve a oportunidade de visitar os rebeldes na prisão e com eles se solidarizar, toda a cidade encontrava-se tomada de comoção pelos atos despóticos de Galo, que perseguia não criminosos, mas cidadãos de bem, dentre os quais contava-se Zenóbio, antigo professor do sofista. A contragosto, Libânio aceita pronunciar, no dia seguinte à libertação dos prisioneiros, um panegírico em louvor ao soberano, fazendo questão que Zenóbio o acompanhe na cerimônia, a fim de dissipar a tensão dos últimos dias. Não obstante o embate com os decuriões em virtude do tabelamento de preços, Galo não tomou medidas adicionais com o propósito de conter a crise, evitando, por exemplo, a importação de víveres de outras localidades, procedimento rotineiro em situações como essa (Am. Marc. XIV, 7, 5), o que nos leva a questionar o seu real interesse em favorecer os mais humildes, ao contrário do que supõe Thompson (1943: 311). Para agravar ainda mais o quadro, Galo estava a ponto de deixar Antioquia rumo a Hierápolis, onde comandaria uma

expedição militar, o que exasperou os ânimos da população, receosa de ser abandonada sem ter suas reivindicações atendidas. Segundo Amiano Marcelino (XIV, 7, 5-6),

Diante da multidão enfurecida, Galo apresentou Teófilo, o *consularis* [governador] da Síria, que se encontrava de pé ao seu lado, repetindo constantemente a declaração segundo a qual a ninguém faltaria alimento se o governador assim o quisesse. Essas palavras aumentaram a audácia do vulgo, e quando a carência de víveres se tornou mais aguda, tomada de fome e fúria, a multidão incendiou a residência de Eubulo, um homem distinto entre os seus. Em seguida, como se o governador tivesse sido entregue em suas mãos por um edito imperial, a multidão o atacou com chutes e golpes, e pisoteando-o quando estava já semimorto, por meio de uma pavorosa mutilação, despedaçou-o.

Amiano não menciona o local onde teria ocorrido o diálogo entre Galo e a multidão, embora possamos conjecturar que o cenário tenha sido o *circus*, pois sabemos que o César era um entusiasta das sangrentas competições que o edifício abrigava (Am. Marc. XIV, 7, 3; Jul. Mis., 5). Tal suposição é reforçada pelo relato de Libânio (Or. XIX, 47) segundo o qual Teófilo teria perecido durante as corridas de cavalo, atacado por cinco *chalkeis*, ou seja, ferreiros da oficina de armas, ao que parece os líderes da revolta. Testemunha ocular do acontecido, Libânio (Or. I, 103) nos deixou a seguinte descrição do linchamento de Teófilo e do ataque à residência de Eubulo:

Poucos dias depois, me encontrava eu trabalhando em algo em minha casa quando me chegou um vozerio tal, como o de uma multidão que se amotina contra a lei, que parei de escrever para ver o que fazia tanto barulho às minhas portas. Então subiu meu primo, sem ar, e me disse que o cadáver do governador estava sendo arrastado pelas ruas para diversão daqueles que o haviam assassinado; e que Eubulo e seu

filho, para escapar precipitadamente da lapidação dos amotinados, se haviam refugiado em algum lugar no cume das montanhas. Os amotinados, frustrados por não haver alcançado as pessoas, desafogaram sua cólera na residência de Eubulo. “Veja aí a fumaça que se levanta, mensageira do fogo, que tu podes ver”.

Ainda que tenha sido morto no recinto do *circus*, Teófilo teve o seu cadáver arrastado pelas ruas para diversão dos algozes, os mesmos que reduziram a cinzas a residência de Eubulo, um rico comerciante ou proprietário que teria desempenhado um papel ativo na recente crise de abastecimento (Downey 1961:366). Para escapar do mesmo destino do governador, Eubulo e seu filho, Argírio, foram obrigados a se refugiar no Monte Silpios. Pela descrição de Amiano, é possível perceber que Galo se aproveita dos espaços urbanos para comunicar-se com os habitantes de Antioquia, insuflando a multidão contra os funcionários imperiais e os decuriões. Incapaz de encontrar uma solução razoável para a crise de abastecimento, volta-se contra o governador da província, entregando-o à multidão. A partir desse momento, estabelece-se entre o César e o *plethos* de Antioquia uma cumplicidade, no mínimo, perigosa, uma vez que a plebe urbana poderia se converter numa importante base de apoio no caso de uma tentativa de usurpação. A essa altura, devemos nos interrogar sobre a conveniência da associação entre Galo e o *plethos*, uma vez que, na avaliação de Thompson (1943:311), tal associação representaria ao fim e ao cabo um aspecto positivo de seu governo que teria sido deliberadamente obscurecido por Amiano. Em nossa opinião, pretender que Galo, ao entregar Teófilo à multidão, teria agido por solidariedade com os famintos de Antioquia é uma conclusão, no mínimo, precipitada. Na realidade, ao agir desse modo Galo buscava eximir-se da reponsabilidade com a crise e ao mesmo tempo escapar da tutela dos funcionários de Constâncio. O resultado, no entanto, o colocava numa posição delicada, com um rebatimento inevitável na corte imperial. Com efeito, sabemos que os passos de Galo e Constantina eram vigiados de perto

pelo prefeito do pretório, Talássio, que cuidava de reportá-los ao imperador, não raro com acréscimos (Am. Marc. XIV, 7, 9). No início de 354, no entanto, Talássio vem a falecer. Por essa época, a desconfiança de Constâncio para com seu primo havia atingido um nível insuportável, como se constata quando da chegada a Antioquia do novo prefeito do pretório, o que dá ensejo a uma nova explosão de fúria pelas ruas da cidade.

Tendo recebido a incumbência de convencer Galo a se dirigir à corte, então sediada em Mediolanum (Milão), para confabular com Constâncio, Domiciano dispensa ao César um tratamento arrogante e altaneiro. Quando da entrada solene em Antioquia, nega-se a visitar o palácio imperial, dirigindo-se incontinenti à sua própria residência, o *praetorium*, onde se mantém recluso por vários dias sob alegação de doença. Ao conservar-se distante de Galo, possui maior liberdade para articular sua deposição. Quando, enfim, é admitido perante o *consistorium*, o conselho imperial, assume uma atitude arrogante, ameaçando suspender o abastecimento do palácio caso o César não partisse imediatamente para reunir-se com Constâncio. Tomado de ódio, Galo extrapola sua competência ao ordenar a detenção do prefeito. Temeroso quanto às consequências de tal medida, o *quaestor* Mônio intervém junto às tropas palacianas, argumentando que a prisão de Domiciano equiparava-se a uma autêntica declaração de guerra contra Constâncio. Ao tomar conhecimento do fato, Galo convoca todos os destacamentos aquartelados no palácio e, diante dos soldados reunidos, acusa Mônio de insolência, ao mesmo tempo que os exorta a se levantarem em sua defesa. Em seguida, segundo Amiano Marcelino (XIV, 7, 15-17),

Os soldados, como sempre ávidos por distúrbio, sem demora atacaram primeiro Mônio, que habitava próximo dali. [...] Eles amarraram cordas em suas pernas e num piscar de olhos o arrastaram de pernas abertas até a residência do César. No mesmo acesso de fúria, eles empurraram Domiciano da escada, o amarraram com cordas, e unindo os dois, os arrastaram rapidamente

através das amplas ruas da cidade. E enfim, quando suas juntas e membros estavam despedaçados, pulando sobre os cadáveres, eles os mutilaram de uma maneira horrível e, como que saciados, os lançaram no rio. Esses homens, inconsequentes e à beira da loucura, foram incentivados a cometer tais atrocidades por um tal Lusco, o *curator urbis*. Ele apareceu subitamente e com gritos repetidos, como um chefe de carregadores, os incentivou a concluir o que haviam começado.

Uma vez mais a atuação desastrosa de Galo convulsiona Antioquia, pois os soldados, insuflados pelo discurso do César e pela intervenção do *curator urbis* Lusco, não apenas massacram Domiciano e Mônio, dois influentes dignitários imperiais, mas também exibem seus corpos mutilados pelas “amplas ruas da cidade”, o que parece ser uma referência à avenida das colunatas. Em seguida, os restos mortais são lançados à vista de todos no Orontes, num espetáculo capaz de infundir ao mesmo tempo delírio e temor na multidão. Segundo Zonaras (XIII, 9), Domiciano e Mônio teriam sido conduzidos através da ágora e depois lançados no rio. Combinando ambos os relatos, é possível supor que os cadáveres teriam sido arrastados pela avenida das colunatas até a antiga ágora construída por Seleuco às margens do Orontes, pois a ágora de Epifânia se situava distante do rio. A atuação de Lusco no episódio é reveladora das redes de poder estabelecidas por Galo durante seu governo, pois o *curator*, muito embora fosse o líder da *boulé* local, devia sua indicação para o cargo às autoridades imperiais, que tinham por hábito atribuir aos *curatores* a supervisão das finanças municipais (Liebeschuetz 1972:169). Desse modo, ao participar do massacre de Mônio e Domiciano, Lusco não o fazia como porta-voz da *boulé*, mas como um partidário de Galo, demonstrando que o conflito envolvia não apenas as tropas palacianas, mas também membros da administração civil da *pólis* e, talvez, setores da população urbana, o que lhe conferia um alcance muito maior.¹⁷ O linchamento à luz do dia de Mônio e Domiciano por uma turba de

soldados enfurecidos demonstra uma vez mais a propensão de Galo em converter o conflito político num espetáculo de despecho sangrento. A partir desse momento, a violência se instaura de modo irreversível pelas províncias do Oriente, pois, sob o pretexto de debelar uma conspiração contra o Império, o soberano determina a tortura e execução do filósofo Epígono da Cilícia e do orador Eusébio de Edessa por crime de *maiestas*. De acordo com Amiano (XIV, 7, 18), ambos os acusados eram inocentes, tendo sido confundidos com dois *tribuni fabricarum* homônimos que trabalhariam na oficina de armas do Estado. Na sequência, o *pogrom* do César atinge o genro de Domiciano, Apolinário, e seu pai, o governador da Fenícia, irradiando-se por outras localidades, de modo que “muitos outros foram reunidos de várias cidades e subjugados pelo peso de acusações de crimes pavorosos” (Am. Marc. XIV, 7, 20). Alarmado com a desordem instalada no Oriente e com a possibilidade de ser uma vez mais vítima de um golpe, Constâncio tenta por todos os meios atrair Galo e a esposa à sua presença. Constantina, na expectativa de interceder em favor do esposo, é a primeira a partir rumo a Mediolanum. Todavia, ao alcançar a Bitínia, contrai uma moléstia fatal, morrendo logo depois. Sozinho, não resta a Galo outra alternativa senão atender à convocação de Constâncio. No trajeto ao encontro do imperador, o César é detido, privado das insígnias imperiais e conduzido à Istria, próximo a Pola, onde é sumariamente decapitado (Crawford 2016:99). Em seguida, suas mãos e face são mutiladas, um triste, mas nem por isso imerecido fim para um soberano que, pouco tempo antes, era conhecido como o terror das cidades e províncias (Am. Marc. XIV, 11, 23).

(17) Na sua tentativa de eximir Galo dos crimes narrados por Amiano Marcelino, Thompson (1943:309) supõe que Lusco teria sido executado logo depois do ocorrido por ordem de Galo, o que dissolveria a cumplicidade entre eles. No entanto, como argumenta Downey (1961: 368, n. 236), é mais plausível supor que Lusco tenha perecido no inquérito levado a cabo por Constâncio após a morte de Galo, quando então os amigos e cúmplices do César foram julgados e sentenciados em Aquileia. Infelizmente, Amiano não identifica os réus nesse processo, tratando-os em termos genéricos (Am. Marc. XV, 3, 1-6).

Considerações finais

No Império Romano, as cidades eram epicentro de uma pletera de atividades econômicas, culturais, políticas e religiosas, desempenhando um papel de primeira grandeza no que dizia respeito à manutenção do sistema imperial, pois, como definiu certa vez Max Weber (1986), a Civilização Antiga era uma civilização eminentemente urbana. As cidades eram, portanto, autênticas células administrativas por meio das quais efetuava-se a arrecadação de impostos e o exercício da justiça, pois seus fóruns e basílicas abrigavam de quando em quando tribunais presididos pelos governadores de província, que por meio de suas sentenças faziam a justiça do imperador chegar aos mais remotos cantões do *orbis romanorum*. Nesse sentido, não seria incorreto afirmar que a longevidade do Império se deveu, em larga medida, à organização eficiente da administração municipal. Além dessa função de natureza administrativa, as cidades cumpriam outra função da maior importância para a consolidação das bases ideológicas sobre as quais se estruturava o regime, na medida em que suas ruas, avenidas, praças e monumentos amíde convertiam-se num palco para demonstrações da majestade imperial sob a forma de festivais e

solenidades destinadas a exaltar os soberanos e a criar um vínculo perpétuo entre os cidadãos e os imperadores, uma vez que a lealdade cívica foi sempre um esteio da autoridade imperial. Na condição de *locus* privilegiado para o intercâmbio, não apenas de bens e serviços, mas de informações, a cidade representava em si mesma um valioso instrumento de comunicação política, o que certamente não poderia ser ignorado pelos imperadores, que não raro se valiam do espaço urbano para anunciar o *modus operandi* do governo, mesmo que isso implicasse a difusão do medo e da desordem, como vemos no caso de Galo, cuja relação com Antioquia e seus habitantes orientou-se pelo controle do fluxo de informações, pelo incentivo às delações e por atos de violência política que tiveram as ruas como cenário. Ao agir assim, Galo fazia de Antioquia uma autêntica heterotopia, lembrando-nos que as cidades, embora sejam lugares destinados a promover a solidariedade e a cooperação, podem também se revelar lugares ameaçadores, especialmente em ocasiões nas quais as autoridades constituídas, mostrando-se frágeis ou vacilantes, optam por estreitar as redes de patrulhamento sobre os espaços públicos e por transformar a violência em espetáculo como uma estratégia para se conservarem no poder.

SILVA, G.V. Fear and fury in the streets of town: the government of Gallus Caesar at Antioch (351-354 AD). R. Museu Arq. Etn., 32: 18-32, 2019.

Abstract: Being a familiar space to the passers-by, the streets of a town are frequently converted into a dangerous, hostile, threatening space due to the frequency and intensity of the violent acts that they support and the surveillance which tries to control the daily routine of the social agents, catching them in a net of micro powers that often spreads from the public space and reaches even the private houses. In Late Antiquity, an episode seems to illustrate this possibility of converting the town and its streets into a notable support for the discretionary deployment of power through violence and conflict. We mention here the sojourn of Gallus Caesar at Antioch between 351 and 354 AD, when the metropolis of the Syrian province was governed by a ruler who, in order to consolidate his position, did not hesitate to put at risk the urban order.

Keywords: Late Antiquity; Antioch; Space; Gallus Caesar

Referências Bibliográficas

Fontes textuais

- Ammianus Marcellinus. 1950. *History*. Translated by John C. Rolfe. Harvard University Press, Cambridge.
- Aurelius Victor. 1975. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Les Belles Lettres, Paris.
- Eutrope. s/d. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduit par M. N. A. Dubois. Garnier, Paris.
- Juliano. 1979. Al senado y al pueblo di Atenas. In: Juliano. *Discursos IV*. Introducción, traducción y notas de José García Blanco. Gredos, Madrid: 303-339.
- Libanius. 1969. Funeral oration over Julian (Or. XVIII). In: Libanius. *Selected orations*. Translated by A. F. Norman. Harvard University Press, Cambridge. V. I: 278-487.
- Libanius. 1977. To the emperor Theodosius about the riots (Or. XIX). In: Libanius. *Selected orations*. Translated by A. F. Norman. Harvard University Press, Cambridge. V. II: 268-309.
- Libanio. 2001. *Autobiografía (Discurso I)*. Introducción, traducción y notas de Antonio Melero Bellido. Gredos, Madrid.
- Philostorgius. 2007. *Church History*. Translated with an introduction and notes by Philip R. Amidon. Society of Biblical Literature, Atlanta.
- Socrates. 2004. The ecclesiastical history. In: Schaff, P.; Wace, H. (Eds.) *Nicene and post-Nicene fathers*. Text translated by A. C. Zenos. Hendrickson, Peabody. V. 2: 1-178.
- Sozomenus. 2004. The ecclesiastical history. In: Schaff, P.; Wace, H. (Eds.) *Nicene and post-Nicene fathers*. Text translated by Chester D. Hartranft. Hendrickson, Peabody. V.2: 181-427.
- Zonaras. 2009. *The history of Zonaras: from Alexander Severus to the death of Theodosius the Great*. Translation by Thomas. M. Banchich and Eugene N. Lane. Routledge, London.
- Bijovsky, G. 2007. Evidence for the Gallus revolt: the hoard from Lod. *Israel Exploration Journal*, v. 57, n. 2: 187-203.
- Blockley, R. C. 1972. Gallus and Julian as Caesars of Constantius II. *Latomus*, t. 31, fasc. 2 : 433-468.
- Cabouret, B. 1999. Sous les portiques d'Antioche. *Syria*, t. 76: 127-150.
- Crawford, P. 2016. *Constantius II: usurpers, eunuchs and the Antichrist*. Pen & Sword, Barnsley.
- Downey, G. 1961. *A history of Antioch in Syria*. Princeton University Press, Princeton.
- Drake, H. 2002. *Constantine and the bishops*. The John Hopkins University Press, Baltimore.
- Gebhard, E. R. 1999. The theater and the city. In: Slater, W. (Ed.) *Roman theater and society*. The University Michigan Press, Ann Arbor: 113-127.
- Gonçalves, A. T. M. 2013. *A noção de propaganda e sua aplicação nos Estudos Clássicos: o caso dos imperadores romanos Septímio Severo e Caracala*. Paco, Jundiá.
- Guglielmi, N. 1997. La rue, espace polysémique. In: Leménorel, A. (Éd.) *La rue, lieu de sociabilité?* Publications de l'Université de Rouen, Rouen: 87-93.
- Hodder, I. 1994. Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In: Pearson, M. P.; Richards, C. (Ed.) *Architecture and order*. Routledge, London: 73-86.
- Kaiser, A. 2011. *Roman urban street networks*. Routledge, London.
- Leménorel, A. 1997. Rue et perception politique. In: Leménorel, A. (Éd.) *La rue, lieu de sociabilité?* Publications de l'Université de Rouen, Rouen: 253-259.
- Liebeschuetz, J. H. W. G. 1972. *Antioch, city and imperial administration in the Later Roman Empire*. Clarendon Press, Oxford.
- Lynch, K. 2006. *L'immagine della città*. Marsilio, Venezia.
- Petit, P. 1955. *Libanius et la vie municipale a Antioche au IVe Siècle aprés J.-C.* Paul Geuthner, Paris.
- Ross, A. J. 2016. *Ammianus' Julian: narrative and genre in the Res Gestae*. Oxford University Press, Oxford.
- Saliou, C. 2011. Jouir sans entraves? La notion de *tryphè* dans l'Éloge d'Antioche de Libanios. In: Lagacherie, O.; Malosse, P. L. (Éds.) *Libanios, le premier humaniste*. Edizioni dell'Orso, Alessandria: 153-165.

Obras de apoio

- Benoist, S. 1997. L'espace urbain de Rome, comme lieu d'encadrement de la foule au premier siècle de l'Empire. In: Leménorel, A. (Éd.) *La rue, lieu de sociabilité?* Publications de l'Université de Rouen, Rouen: 215-223.

- Silva, G. V. 2003. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia*. Edufes, Vitória.
- Silva, G. V. 2007. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: Joly, F. (Org.) *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. Alameda, São Paulo: 166-182.
- Silva, G. V. 2013. Espaço, cotidiano e sociabilidades em Antioquia: uma leitura do *Antiochikos*, de Libânio. In: Cerqueira, F.; Gonçalves, A. T.; Medeiros, E.; Delfim, L. (Orgs.) *Saberes e poderes no Mundo Antigo*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. V. 1: 257-274.
- Silva, G. V. 2015. Juliano e a imagem de Antioquia no *Misopogon*. In: Silva, G. V.; Silva, E. C. M. (Orgs.). *Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos*. GM Editora, Vitória: 119-140.
- Thompson, E. A. 1943. Ammianus' account of Galus Caesar. *The American Journal of Philology*, v. 64, n. 3: 302-315.
- Vogler, C. 1979. *Constance II et l'administration impériale*. AECR, Strasbourg.
- Weber, M. 1986. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: Cohn, G. (Org.) *Weber*. São Paulo: Ática, p. 37-57.